

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de julho de 2022
 (dois mil e vinte e dois) no auditório da SEPLAC deu-
 se início a reunião do Conselho Municipal de Previdência
 com a Presidente, Sra. Camille Muniz, que iniciou a
 reunião agradecendo a presença de todos e informando
 que será apresentada a Avaliação Atuarial pelo
 Sr. Tullio da LEMA. Foram enciados por a secretária
 de Previdência as informações e último item foi o
 desinquadramento do Fontaine Ville está acima
 do percentual que a legislação determina. Foi
 comunicado a Secretário de Previdência com o
 Ministério, foi feita uma solicitação de análise com
 o ESEOP eles finalizaram a análise e concluíram,
 só que foi no extrato do cálculo já está com
 irregularidade novamente por que o VAC é mensal
 tem uma notificação de irregularidade por que está
 acima do percentual de 5%, todos os meses tem
 que responder notificação se justificar que o
 investimento não foi feito no atual gestor,
 tem a condição de arcar com esse ônus o municí-
 pio fica sem ERP. ele fica com restrição no cálculo,
 fica impedido de receber repasses do governo
 federal de celebrar concessões, que os concessões e a
 forma do município construir o posto de saúde,
 uma escola, uma creche. A previdência é essencial
 o atuário é essencial, específico para previdência.
 O RPPS é administrado pelo IPZEA, administrar
 dois planos de benefícios, um plano de benefícios até
 2005 e um depois de 2005. No plano financeiro tem
 ainda uma alíquota do seguro de 11%, essa
 alíquota precisa ser modificada conseguiram tirar
 o ERP modificar a alíquota, o servidor público
 precisa pagar pelo menos o que o servidor da

unidade que constitucional e vai ter que ir para 14%, a perpetua paga 17,92%, não existe o parte ainda, a diferença entre o que recebe e o que gasta, então tenta se ter as despesas para equilibrar o que se ganha do que gasta se a reserva acabar quem vai ter que lidar com os gastos é o prefeitor. A contagem da situação fica o plano para o futuro. No plano previdenciário são as mesmas alíquotas o que se mensura no cálculo atuarial qual é a decisão que a perpetua tem com o prefeitor, fez um contrato com o prefeitor e assumiu uma dívida, todas as vezes que uma pessoa recebe um benefício está sendo pago a dívida que o poder público fez no passado com o prefeitor. Existem os benefícios concedidos que é o pessoal que eu já comecei a pagar, os ativos que ainda estão trabalhando em algum momento vai ter que ser pago a dívida com essas pessoas, o plano financeiro tem uma poupança e um saldo que recebe mês a mês. Plano previdenciário eu tenho mais dinheiro do que despesas, como tem dinheiro sobrando não precisa as alíquotas. A concessão de 600 concessões melhorou a situação no plano previdenciário. Já no financeiro lá próximo de ter que resgatar para pagar. Aumentando a base de incidência no plano previdenciário que é a base de contribuição é igual a base de contribuição que incide sobre o prefeitor. Pegar a base de incidência patronal e colocar sobre tudo sobre a totalidade da remuneração não sobre só o patronal vai aumentar sobre o

totalidade da importância a recita, além disso tem-se que fazer com que as pessoas não se aposentem agora, quando tempo é o sleepático. Foco IR anulado das aposentadorias e pensões dos futuros aposentados, na mesma filosofia existe a contribuição patronal quando a pessoa se aposenta a prefeitura deixa de contribuir, só contribui quando o servidor está ativo e a alternativa atual é de a prefeitura continuar contribuindo. Uma das soluções atuariais e a partir garantida a contribuição patronal com a pior variável dependendo do resultado da aplicação do dinheiro. Operação de consignação, tinha a exclusividade dos bancos de operações financeiras, foi permitido pela EC 103/2019, era proibido constitucionalmente e agora é constitucional. Se tiver certificação específica que é o pro-gesta pode o RPPS dispor de 10% do PL para empréstimo consignado. Existem as operações que podem ser feitas sem intermediário financeiro empréstimo dinheiro para União comprando tesouro direto e empréstimo do servidor público, se quiser usar intermediário financeiro pode se usar. Pode se usar um intermediário financeiro para aumentar minha exposição, exemplo sem intermediário o máximo que se pode usar é 10%, coloca-se o dinheiro no fundo e ele empresta para o servidor mais 10%. Existe a possibilidade de ter uma exposição usando e sem usar o intermediário financeiro de até 30% para aumentar a possibilidade de aumentar a exclusão do patrimônio e uma operação segura, pois está consignar na própria folha.

Wellington Brito Nunes - Advogado em Belo Horizonte
 Roberto de Paula e Roberto de Paula - Juliano Maria Soares da Costa